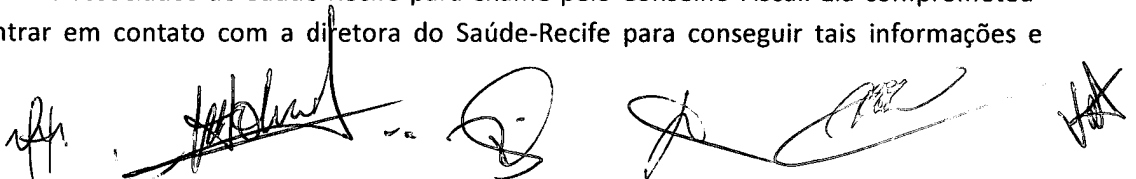


Ata ordinária 01/2018 – Conselho Municipal Fiscal

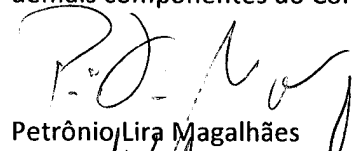
Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, realizada no dia 17 de janeiro de 2018.

Aos dezessete (17) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito (2018), às 15h, na sala de reuniões da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores - AMPASS, da Prefeitura do Recife, reuniu-se o Conselho Fiscal da AMPASS.

Presentes: Sra. Valesca Vasconcelos Romão, representante da CGM; Sr. Clínio Francisco de Oliveira, representante do SINDSEPRE; Sr. Rodrigo Mota de Farias, representante da SEGOV; Sr. Rodrigo Chagas de Sá, representante da SEPLAGP; Sr. Carlos Elias Andrade, representante do SIMPERE; e o Sr. Petrônio Lira Magalhães, representante da AFREM Sindical e presidente deste Conselho. Presentes também o atuário, Sr. Luiz Cláudio Kogut; o membro do Conselho de previdência, Sr. Antônio Marcos Medeiros de Araújo e a Sra. Lúcia de Fátima Miranda, membro do conselho de saúde da AMPASS. O presidente do Conselho Fiscal, Sr. Petrônio Magalhães, leu a ata da reunião anterior do Conselho que foi assinada pelos conselheiros presentes àquela reunião e entregou na secretaria da Autarquia para arquivo e publicação no Portal da Transparência. Passou a palavra para o atuário Luiz Cláudio Kogut, que fez uma breve apresentação sobre o parecer atuarial que embasou a migração dos 2.398 beneficiários do fundo RECIFIN para o fundo RECIPREV e, em seguida, passou a responder as questões constantes do Ofício 01/2017 deste Conselho Fiscal. O ofício 01/2017 levanta basicamente duas questões sobre o estudo atuarial que serviu de base para a referida migração: 1) considera alta a meta atuarial (taxa de juros) de 6%aa e solicita os resultados atuariais se utilizadas taxas de 5% aa e 4,5% aa; 2) questiona a não previsão de crescimento da folha de inativos no referido cálculo. O atuário iniciou pelo segundo item. Informou que os associados do fundo Reciprev, em sua maioria, não têm direito a paridade e somente serão contemplados com reajustes concedidos de forma geral e que, historicamente, esses reajustes não têm apresentado crescimento real. Sobre esta resposta, o conselheiro Petrônio concordou parcialmente e lembrou que tanto o salário mínimo como o piso nacional do magistério têm apresentado ganho real. Sobre a segunda questão, a meta atuarial de 6% aa, o Sr. Cláudio Kogut respondeu que, considerando os três últimos anos, o percentual foi atingido, mas ponderou que, se considerados os últimos 5 anos, tal meta não foi alcançada. Sobre os resultados dos cálculos atuariais solicitados para as metas de 5% e 4,5%, respondeu que, no primeiro caso, 5% aa, a situação, pós migração, passaria de um superávit de R\$ 62,9 milhões para déficit de R\$ 451 milhões; em relação à taxa de 4,5% aa, o déficit seria de R\$ 778 milhões. Os conselheiros Petrônio Magalhães e Clínio Oliveira consideraram preocupantes os resultados apresentados com as metas inferiores a 6%aa e, juntamente com o conselheiro Carlos Elias, se colocaram novamente contra a migração. Já os conselheiros Rodrigo Chagas, Rodrigo Farias e Valesca Romão consideraram que a taxa de 6% aa é factível e não compromete a migração, tendo em vista que esse percentual (6%) é utilizado pelos RPPS e que o cálculo atuarial é revisto anualmente, permitindo correções futuras, inclusive em relação a novas migrações e mudanças de alíquotas. O atuário informou que entregaria o material da apresentação à AMPASS e a conselheira Valesca ficou de providenciar sua distribuição entre os conselheiros. Passado o assunto ao Saúde-Recife, o conselheiro Clínio cobrou o material solicitado na reunião anterior, sobre a utilização do plano de saúde pelos funcionários da URB. A conselheira Valesca Romão também lembrou que não foi disponibilizado o material sobre os vínculos dos associados do Saúde-Recife para exame pelo Conselho Fiscal. Ela comprometeu-se a entrar em contato com a diretora do Saúde-Recife para conseguir tais informações e



distribuí-las com conselheiros. O conselheiro Carlos Elias voltou a cobrar as informações sobre quantidade de reuniões anuais, os valores pagos aos conselheiros, e suas fontes orçamentárias, em relação a todos os conselhos da AMPASS e do comitê de investimento. Por fim, o presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Petrônio Lira Magalhães, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais componentes do Conselho Fiscal da AMPASS.



Petrônio Lira Magalhães



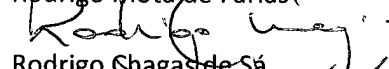
Clínio Francisco de Oliveira



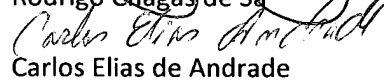
Valesca Vasconcelos Romão



Rodrigo Mota de Farias



Rodrigo Chagas de Sá



Carlos Elias de Andrade